

Relatório Anual de Atividades e Autoavaliação 2017

Agência Portuguesa do Ambiente

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual de Atividades e Autoavaliação da Agência Portuguesa do Ambiente 2017

Editor: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)

Data de Edição: Abril 2018

Coordenação Global: Conselho Diretivo da APA

Coordenação Técnica e Edição: Departamento de Estratégias e Análise Económica (DEAE)

Índice

RESUMO	4
AUTOAVALIAÇÃO.....	8
1. Recursos Humanos e Financeiros	9
1.1. Recursos Humanos	9
1.2. Recursos Financeiros	9
Orçamento da receita	9
Orçamento da despesa	10
2. Atividades	12
2.1. Recursos Hídricos	12
Gabinete de Segurança de Barragens	15
ARH Norte	16
ARH Centro.....	17
ARH Tejo e Oeste	18
ARH Alentejo	19
ARH Algarve	20
2.2 Litoral e Proteção Costeira	21
2.3 Resíduos	21
2.4 Alterações Climáticas, Ar e Ruído	22
2.5 Avaliação, Gestão e Licenciamento Ambiental.....	24
2.6 Economia Circular	25
2.7 Temas transversais	26
Educação ambiental	26
Comunicação e Atendimento	26
Atividade internacional.....	27
Transformação digital.....	27
Planeamento e Resposta à Emergência	28
Apoio a instrumentos de financiamento	29
Rede laboratorial e LRA	29
Auditoria.....	29
Fiscalização.....	29
3. Anexos	30

RESUMO

Ao longo do ano de 2017, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) desenvolveu um vasto conjunto de atividades que decorrem das suas competências legais, alinhadas com o Programa de Governo, as Grandes Opções do Plano 2016-2018 e a Estratégia Orçamental 2014-2018.

Durante 2017 assumiram particular importância as ações de harmonização, simplificação e desmaterialização dos processos vitais da organização, bem como as ações de interoperabilidade, consolidação e desenvolvimento das **tecnologias e sistemas de informação** existentes, em particular o Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb) e o Sistema Nacional de Informação Ambiental (SNIAmb). O SILiAmb foi alvo de uma atualização tecnológica, com vista a suportar o aumento de utilização, salientando-se o Registo de Produtores, a desmaterialização das Guias Eletrónicas de Resíduos (e-GAR) e do Título Único Ambiental (TUA). No SNIAmb foi feita a renovação da interface com novas funcionalidades de georreferenciação, tendo ocorrido a migração do Sistema de Administração do Recurso Litoral (SIARL) da DGT para a APA.

Em termos de **recursos hídricos** a APA desenvolveu, como habitualmente, uma intensíssima atividade, com óbvio destaque para a análise e gestão da situação de seca e posterior implementação de medidas para atenuar os seus efeitos. Salientam-se as avaliações regulares das disponibilidades hídricas subterrâneas e superficiais e a co-coordenação técnica da comissão Interministerial para a seca e a coordenação da Comissão de Gestão de Albufeiras.

É também de destacar a atividade relativa ao combate a fenómenos de poluição – tipicamente com maior propensão em situações de escassez, como particular enfoque no rio Tejo. Neste sentido, foi intensificado o acompanhamento, monitorização e fiscalização – ao abrigo do primeiro Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) promovido pelo Ministro do Ambiente. Sem embargo, no caso do rio Tejo, a situação revelou-se problemática, em particular na área de Vila Velha de Ródão e na barragem do Fratel, com um pico de poluição em inícios de 2018 e a necessidade de levar a cabo, ao abrigo do princípio da precaução, de medidas urgentes e extraordinárias. Esta matéria é prioridade central da APA em 2018.

Em termos de planeamento, foram elaborados os relatórios de Participação Pública e os Resumos Não Técnicos dos Planos de Gestão dos Recursos Hídricos do Continente, assim como os relatórios de Participação Pública dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações. No âmbito do 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água, procedeu-se à harmonização de procedimentos para a implementação articulada dos programas de monitorização, para melhorar a avaliação do estado das massas de águas superficiais e subterrâneas.

No âmbito do **litoral e proteção costeira**, a APA coordenou e elaborou o Plano de Ação Litoral XXI, com vista à gestão sustentável das zonas costeiras, reviu os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, procedendo à elaboração dos novos Programas da Orla Costeira (conclusão do POC Ovar-Marinha Grande e apoio aos POC Caminha-Espinho, Alcobaça-Cabo Espichel, Espichel-Odeceixe e Odeceixe-Vilamoura). Foram também lançados dois concursos públicos internacionais, um para a Caracterização de Manchas de Empréstimo na Plataforma Continental para Alimentação Artificial de Troços Costeiros (CHIMERA) e outro para o Programa de Monitorização Sistemática da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO), para além das diversas obras de intervenção nas zonas costeiras.

Em matéria de **resíduos**, salienta-se a redação dos relatórios de avaliação intercalar do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) e os relatórios finais de monitorização do Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI 2015) e do Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares (PERH 2011-2016). Procedeu também à elaboração de um documento orientador sobre Desclassificação de Resíduos e uma Guia sobre Classificação de Resíduos, sendo de destacar o fim do Estatuto de Resíduo para o material de plástico e borracha. Participou ainda na redação da proposta de Estratégia Nacional e Plano de Ação do Desperdício Alimentar e elaborou várias propostas de projetos legislativos no domínio dos resíduos: Projeto Unilex I; e-GAR; licenciamento das entidades gestoras de embalagens e pilhas e acumuladores; garantias financeiras (Diploma Responsabilidade Ambiental); consolidação do projeto de decreto-lei e dos respetivos projetos de portaria PROSolos.

Salienta-se também a intervenção ao nível das situações de solos contaminados, designadamente no Parque das Nações - obra de expansão do Hospital CUF Descobertas; e no Parque Empresarial do Barreiro, com a emissão de pareceres relativos ao licenciamento das operações de descontaminação de solos. Importa ainda destacar o tratamento dos dados e disponibilização de informação do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), do Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU), das plataformas do movimento transfronteiriço de resíduos (MTR) e do inventário de bifenilos policlorados (PCB).

No âmbito das **alterações climáticas**, a APA focou a sua atividade no desenvolvimento e implementação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC2020/2030) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC2020), bem como na consolidação do enquadramento legal a nível europeu para o período 2021-2030. Foi dado início aos trabalhos para o desenvolvimento do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, na vertente descarbonização.

No âmbito da **avaliação e gestão ambiental**, deu-se continuidade à manutenção, reformulação e modernização das redes de monitorização ambientais. Foi dada continuidade ao projeto POSEUR para a modernização do sistema de informação da qualidade do ar (QualAr), ao reforço da rede de monitorização da poluição de fundo e ao reforço da Rede Nacional de Alerta de Radioatividade (RADNET). Destacaram-se também as ações desenvolvidas para a implementação da Estratégia Nacional para o AR 2020 (ENAR 2020); a colaboração na elaboração do diploma legal relativo ao controlo e prevenção de surtos por *Legionella*; a monitorização da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 e o lançamento dos novos *microsites* no portal da APA relativos ao EMAS de Portugal e ao Projeto LIFE.

No que diz respeito ao **licenciamento na área do ambiente**, a APA administrou vários milhares de processos de licenciamento, a vasta maioria em matéria de recursos hídricos. No respeitante em particular ao licenciamento ambiental, destaque para o universo de cerca de 930 instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI) e cerca de 727 instalações abrangidas pelo Regime Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR). Elaborou também um conjunto de documentação técnica que visa ajudar os operadores a interpretar e implementar o Diploma REI. O Título Único de Ambiente (TUA) foi totalmente desmaterializado em 2017, ano em que foram emitidos 250 TUA. Este número seria bem superior caso estivessem já plenamente disponíveis as funcionalidades de interoperabilidade com sistemas de licenciamento de atividade económica ao nível do IAPMEI e DRAPs, facto que apenas ocorrerá em 2018/19.

Em matéria de **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)** o ano de 2017 foi marcado pela conclusão dos trabalhos da transposição da nova Diretiva de AIA (Diretiva 2014/52/EU). Destacaram-se ainda aspetos

relativos à plena implementação e operacionalização do quadro regulamentar do Regime de AIA, nomeadamente a colaboração na criação do sistema de qualificação de verificadores de pós-avaliação. No âmbito da **Prevenção de Acidentes Graves** destacou-se o desenvolvimento da ferramenta para a georreferenciação do cadastro das zonas de perigosidade e a validação da informação recebida neste contexto.

O ano de 2017 ficou também marcado pela interação entre o Estado Português e o Estado Espanhol referente à construção do ATI para o combustível irradiado da **Central Nuclear de Almaraz**, cabendo à APA a coordenação do grupo de trabalho nomeado pelo Estado Português para acompanhar este processo. Neste âmbito, participou na visita ao local previsto para a implantação do ATI e procedeu à análise de um conjunto significativo de documentação técnica: procedimentos e especificações técnicas seguidas em Espanha relativas à Avaliação de Impacte Ambiental, à segurança nuclear e proteção radiológica, ao licenciamento da atividade, entre outros elementos específicos do processo de autorização.

Em termos da **atividade internacional**, o universo abrangente de competências da APA tem como consequência uma atividade europeia e internacional muito exigente, que abrange o acompanhamento de *dossiers* no seio da UE (Conselho, Comissão, Agências), Nações Unidas, OCDE e outras organizações internacionais. Em 2017, a APA organizou três reuniões internacionais em Lisboa: *Bureau* do Conselho de Administração da Agência Europeia do Ambiente; a reunião dos pontos focais da Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (Eionet) da Agência Europeia do Ambiente; e o 22th *EIONET Workshop on Air Quality Assessment and Management*. Salienta-se também a participação em duas reuniões plenárias da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC), em Madrid e no Porto, esta última associada a uma reunião Ministerial.

No âmbito da **economia circular**, foi criado um grupo de trabalho interno multidisciplinar para acompanhar esta matéria, que contribuiu para a elaboração do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC). Participou também no grupo de trabalho sobre eficiência de recursos da Agência Europeia do Ambiente, colaborando na preparação da próxima edição do relatório "*More from Less - material resource efficiency in Europe*", que terá um *dossier* relativo a Portugal.

Em matéria de **fiscalização** o ano de 2017 fica marcado, como referido, pela elaboração conjunta de um Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) que contou com a participação da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), a APA, as Comissões de Coordenação Regional (CCDR) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Este Plano traduziu-se numa estratégia concertada entre todas as entidades com responsabilidade de fiscalização e inspeção, permitindo uma maior racionalidade e eficácia de atuação e uma maximização dos resultados obtidos através da partilha de conhecimento e das sinergias criadas. Só a APA foi responsável por mais de 2000 ações de fiscalização, pela instrução de mais de 1000 autos de notícia, e mais de 550 contra-ordenações. E recorde-se que a APA não tem competências de fiscalização em matérias que não os recursos hídricos, estando assim as restantes matérias delegadas nas forças de segurança e na IGAMAOT.

2017 foi também o ano em que se iniciou o projeto de um **novo modelo de atendimento** e relacionamento da APA com os seus Clientes, numa perspetiva de permanente articulação, interna e externa, que garanta uma resposta célere e elevados níveis de satisfação. Foi criado, na APA-sede, um "Espaço Atendimento" dedicado em exclusivo ao atendimento presencial, a juntar aos pontos de atendimento nas ARH para recursos hídricos e à participação da APA no projeto-piloto do Balcão da Empresa coordenado pelo IAPMEI.

Para cumprir o seu plano de atividades, a APA contou em 2017 com 703 trabalhadores e com 44 M€ de Orçamento de Investimento (OI) e 37 M€ de Orçamento de Funcionamento (OF), dispondo assim de um orçamento nominal de 81 M€. Em relação ao OF obteve-se uma taxa de execução muito próxima dos 100%. No entanto, a execução do OI situou-se apenas nos 28,5%. Os principais fatores responsáveis por esse facto prendem-se com a efetiva disponibilidade orçamental para efeitos de cabimento de ações e, sobretudo, o tempo associado aos procedimentos de contratação pública. Sem embargo, em 2018 prevê-se, tudo o resto igual, uma substancialmente maior taxa de execução de OI em virtude das elevadas maturidades das ações.

AUTOAVALIAÇÃO

A Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto organização da administração pública central com uma multiplicidade de responsabilidades em matéria de ambiente, concretizou em 2017 vários projetos decisivos nas diferentes áreas de atuação. O ano de 2017 ficou marcado por três grandes temas: a dramática intensidade dos incêndios florestais, o grave problema de seca severa que assolou o País, em resultado de uma precipitação anormalmente baixa ou mesmo inexistente, e a interação com Espanha sobre a construção de um armazém temporário individualizado (ATI) para o combustível irradiado da Central Nuclear de Almaraz. Estes temas colocaram desafios adicionais à APA, exigindo uma conjugação de esforços e de recursos para conseguir dar resposta às inúmeras solicitações não previstas.

No primeiro caso, foram desenvolvidas pela APA e pelos Municípios afetados, documentos onde foram identificadas um conjunto de metodologias para intervir nas áreas afetadas, no sentido de evitar riscos de inundações, obstrução de linhas de água, destruição de infraestruturas e afetação de captações de água superficial e ou áreas de uso balnear, antes da ocorrência de próximos eventos de precipitação.

No caso da particular da seca, a APA assumiu um papel relevante na comissão permanente de carácter interministerial criada, tendo colaborado ativamente na definição de metodologias para avaliação do impacto dos seus efeitos, procedimentos para padronização da atuação da Administração e disponibilização de planos de contingência para mitigação dos efeitos da seca.

Em relação às interações entre o Estado Português e o Estado Espanhol sobre o tema da construção do ATI para o combustível irradiado da Central Nuclear de Almaraz, a APA coordenou o grupo de trabalho que analisou toda a documentação técnica disponibilizada pelo Governo Espanhol e assegurou a elaboração do relatório final e demais notas técnicas de suporte a todas as interações verificadas entre as partes.

Relativamente aos projetos concretizados em 2017, destacam-se os esforços de consolidação do projeto Licenciamento Único de Ambiente (LUA) e a articulação estreita com os demais regimes de licenciamento da atividade económica; o desenvolvimento e implementação de medidas conducentes à descarbonização da economia; a criação de condições para a transição de uma economia linear para uma economia circular através do apoio à elaboração e aprovação do Plano de Ação para a Economia Circular; a criação e implementação das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR) que impõem uma mudança de paradigma sem precedentes ao nível do transporte de resíduos ao longo de toda a cadeia de gestão de resíduos; e a adoção de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental para o horizonte 2020, que pretende fomentar uma maior e melhor consciência ambiental.

Paralelamente, a APA deu continuidade a um vasto conjunto de trabalhos nas áreas de planeamento, monitorização, licenciamento e fiscalização, assumindo-se uma vez mais como o principal regulador ambiental em Portugal. Em 2017, o número de instrumentos de planeamento e reporte ambiental e de diplomas legais elaborados, revistos ou transpostos superou os alcançados em anos anteriores, e o número de fiscalizações em matéria de recursos hídricos atingiu os 2125.

Face ao exposto, e assumindo não ter sido possível apresentar atempadamente o Plano de Atividades para 2017 e o respetivo QUAR 2017, a APA considera ter atingido um **bom desempenho em 2017**, traduzido quer pela concretização dos seus projetos, quer pela capacidade de resposta às constantes solicitações recebidas ao longo de 2017, facto que só foi possível graças ao empenho, à dedicação, à qualidade e ao elevado sentido de responsabilidade de todos funcionários desta Agência.

1. Recursos Humanos e Financeiros

1.1. Recursos Humanos

Em 2017, o total de efetivos registou um **aumento de 0,4%** em relação ao ano anterior.

Quadro 1 - Recursos Humanos

Recursos Humanos Cargo/Categoria	Em 31/12/2016	Em 31/12/2017	Desvio
Dirigentes Superiores	4	4	0
Dirigentes Intermédios	72	73	+1,4%
Técnicos Superiores	382	384	+0,5%
Informático	22	23	+4,5%
Assistente Técnico	173	174	+0,6%
Assistente Operacional	47	45	-4,3%
Total	700	703	+0,4%

1.2. Recursos Financeiros

Fruto da conhecida situação financeira do país, o quadro de restrições orçamentais é, hoje, o “novo normal” na administração pública. Tal situação gera considerável incerteza no planeamento financeiro e execução orçamental, não tendo a APA sido exceção a essa situação.

Orçamento da receita

Quadro 2 – Execução do orçamento da receita em 2017

Orçamento	Previsões Corrigidas	Receita emitida	Cobrança	Taxa de Execução
Funcionamento	36,99	38,28	37,93	102,54%
Investimento	43,65	12,87	12,87	29,49%
Total	80,65	51,15	50,8	63,00%

Em 2017, a **taxa de execução da receita** (rácio entre a cobrança e as previsões corrigidas) foi de **63%**, sendo que o **Orçamento de Funcionamento (OF)** apresentou uma **taxa de execução de 102,5%** e o **Orçamento de Investimento (OI)** uma **taxa de execução de 29,5%**. Os principais fatores responsáveis por esse facto prendem-se com a efetiva disponibilidade orçamental para efeitos de cabimento de ações e, sobretudo, o tempo associado aos procedimentos de contratação pública. De salientar que as previsões corrigidas e as cobranças se encontram expurgadas de saldos de gerência anteriores (66,45 M€).

Quadro 3 – Receita por Tipologia

Natureza da Receita	Cobrança	Peso estrutural
Receitas Gerais	4,05	7,97%
TGR	13,09	25,76%
TRH	14,43	28,40%
CELE	2,29	4,51%
Outras Taxas	5,51	10,85%
Fundo Ambiental (Recursos Hídricos)	4,52	8,90%
Outros (Privados)	1,16	2,29%
Fundos Comunitários	5,75	11,33%
Total	50,8	

A **Taxa de Recursos Hídricos** destaca-se como a receita com maior expressão no orçamento de receita da APA com 14,43M€ (28,40%), seguindo-se a **Taxa de Gestão de Resíduos** com 13,09M€ (25,76%).

Orçamento da despesa

Quadro 4 – Execução do orçamento de despesa em 2017

Orçamento	Dotação Líquida de Cativos	Cabimentos	Compromissos assumidos	Despesa paga	Taxa de Execução	Compromissos transitados para 2018
	1	2	3	4	5=4/1	6=4-3
Funcionamento	65,85	65,31	65,19	65,09	98,85%	-0,10
Investimento	42,69	17,66	16,68	12,16	28,47%	-4,52
Resultado global	108,5	83	81,9	77,2	71%	-4,63

A **taxa de execução do orçamento de funcionamento** foi muito próxima dos 100% mas situação contrária ao nível do **orçamento de investimento** como uma **taxa de execução de 28,47%**. Especial destaque para os compromissos não desembolsados (4,63M€), maioritariamente no OI, que irão exercer uma enorme pressão no orçamento de 2018.

Quadro 5 – Execução do orçamento de investimento, por eixo estratégico, em 2017

Eixo Estratégico	Montante (M€) em 2017	N.º Projetos	% OI	Taxa de Execução (%)
Recursos Hídricos e Litoral	36,76	56	86,11%	24,77
Gestão Interna	2,31	8	5,40%	51,14%
Alterações Climáticas, Ar e Ruído	0,96	5	2,25%	60,20%
Resíduos	0,53	2	1,24%	44,07%
Avaliação e Gestão Ambiental	2,13	8	5,00%	49,70%
Total	42,7	79	100%	28,5%

Como referido, os principais fatores responsáveis pela taxa de execução do OI prendem-se com a efetiva disponibilidade orçamental para efeitos de cabimento de ações e, sobretudo, o tempo associado aos procedimentos de contratação pública, factos esses que comprometem, por sua vez, a maturidade dos projetos nomeadamente os co-financiados por fundos europeus. A APA vem solicitando, desde há vários anos, maior flexibilidade nesta área de “cabimento” orçamental (p.e. no respeitante a Portarias de Extensão de Encargos que chegam a estar largos meses para aprovação) e algumas matérias de contratação pública (p.e. como têm as sociedades Polis Litoral).

Quadro 6 - Execução do Orçamento de Funcionamento, por tipo de despesa

Rubrica Orçamental	2016 (M€)	2017 (M€)	Desvio (%)
Despesas c/ Pessoal	20,5	21,1	+2,9%
Aquisição Bens e Serviços	4,4	4,6	+4,5%
Outras Despesas	2,4	39,9	+1563%
Despesas Capital	0,06	0,2	+233%
Total	27,4	65,9	+140,5%

Os 39,9 M€ da rubrica “Outras despesas” incluem cerca de 31,2 M€ relativos a integração de saldos de gerência de anos anteriores que se destinaram a atividades de gestão flexível no âmbito das competências do MAMB.

2. Atividades

Os capítulos seguintes descrevem as atividades realizadas pela APA em 2017, por área temática.

2.1. Recursos Hídricos

- **Coordenação da Implementação da Diretiva Quadro da Água (DQA)**, das Diretivas filhas das Substâncias Prioritárias e das Águas Subterrâneas e da Diretiva Nitratos.
- **Harmonização de procedimentos**, no âmbito do 3.º ciclo de planeamento da DQA, **para implementação articulada dos programas de monitorização** com vista à avaliação do estado das águas superficiais e subterrâneas, bem como articulação dos programas de monitorização a efetuar no âmbito da Diretiva Nitratos e de outros âmbitos de avaliação da qualidade – DRH (coordenação), ARH e LRA.
- **Coordenação do Projeto POSEUR-03-2013-FC-000001 - “Melhoria da Avaliação do Estado das Massas de Água”**, cujos resultados têm como propósito aumentar o conhecimento resultante da monitorização, completar e aferir os critérios de classificação, melhorar a avaliação do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e, deste modo, melhorar a avaliação da eficácia das medidas definidas nos PGRH 2.º ciclo e a definição de medidas no futuro. Em 2017, foram desenvolvidos os seguintes estudos:
 - Realização de **programa de monitorização em rios e albufeiras, em todas as Regiões Hidrográficas do Continente**, com a avaliação de elementos de qualidade biológica, hidromorfológica e parâmetros físico-químicos gerais, poluentes específicos e substâncias prioritárias;
 - Estudo específico para **avaliação de substâncias prioritárias, poluentes específicos e compostos emergentes**, designadamente substâncias farmacêuticas e pesticidas, em águas superficiais, e de pesticidas e compostos emergentes, nomeadamente substâncias farmacêuticas, em águas superficiais subterrâneas.
 - **Monitorização das substâncias da 1.ª lista de vigilância em águas superficiais**, no âmbito da DQA e da Diretiva das Substâncias Prioritárias, e reporte dos resultados à Comissão Europeia (COM);
 - Início do desenvolvimento de **Guia metodológico de definição de regimes de caudais ecológicos**.
- **Coordenação de outros projetos técnico-científicos**, em 2017:
 - Estudo para desenvolvimento de métodos específicos para a avaliação da recarga das massas de água subterrâneas, para melhorar a avaliação do estado quantitativo;
 - Estudo para desenvolvimento de metodologias para avaliação da evolução da qualidade das massas de água subterrâneas nas zonas vulneráveis aos nitratos de origem agrícola no âmbito da Diretiva Nitratos e da Diretiva Quadro da Água (Zonas Protegidas);
 - Estudo para avaliação de análise de tendência para o aumento da concentração de poluentes nas massas de água subterrâneas e do inverso da tendência para os poluentes responsáveis pelo estado medíocre das massas de água.
- **Elaboração de documentos técnicos**, nomeadamente revisão do Protocolo de Amostragem e análise para o elemento de qualidade ecológica macrófitos e elaboração do Manual para

aplicação do Índice Biológico de Macrófitos de Rio (IBMR) e apoio ao utilizador da plataforma informática de cálculo do índice, que foram disponibilizados no *site* da APA.

- **Disponibilização de informação ao público no SNIRH** sobre quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas; boletim mensal das albufeiras, escoamento e precipitação.
- **Participação na reunião Paquet**, entre Portugal e a Comissão Europeia (Lisboa, 7 de julho de 2017), prestando esclarecimentos relativos à qualidade da água subterrânea, no âmbito do passivo ambiental de S. Pedro da Cova, aos aproveitamentos hidroelétricos de Foz Tua e Baixo Sabor e à implementação da DARU.
- **Implementação da Diretiva das Águas Balneares e coordenação nacional da gestão das águas balneares:**
 - Coordenação nacional da Comissão Técnica de Acompanhamento das Águas Balneares;
 - Elaboração do projeto de Portaria para identificação anual das águas balneares e das épocas balneares respetivas;
 - Classificação anual da qualidade das águas balneares, a nível nacional;
 - Reporte anual à COM e à Agência Europeia do Ambiente (EEA) da proposta nacional de classificação das águas balneares e principais medidas de gestão adotadas;
 - Disponibilização de informação ao público no *site* da APA e no SNIRH-Águas Balneares, designadamente durante a época balnear: resultados da qualidade da água balnear, classificação da adequabilidade para a prática balnear, situações de desaconselhamento, bem como outra informação relevante;
 - Esclarecimento de cidadãos, de meios de comunicação social e outras entidades;
 - Disponibilização de informação ao INE e à PORDATA sobre qualidade das águas balneares.
- **Análise das reservas hídricas subterrâneas e superficiais para análise da situação de seca** - avaliações regulares da situação de seca durante o ano hidrológico 2016/2017 e 2017/2018.
- **Gestão de redes hidrometeorológicas**, recolha de dados e informação de cerca de 900 estações meteorológicas e hidrométricas, que suportam o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e o Sistema de Vigilância e alerta de Recursos hídricos (SVARH).
- **Participação na aplicação do regime da Condicionalidade (no contexto da Política Agrícola Comum)**, nas matérias da responsabilidade da APA, designadamente representação da APA na Comissão Consultiva da Condicionalidade e Grupo de Trabalho da Condicionalidade; definição de indicadores de requisitos legais de gestão (RLG) e de boas condições agrícolas e ambientais (BCAA); esclarecimento de assuntos a Confederações de agricultores.
- **Participação nos trabalhos para a elaboração do “Plano Nacional de Combate às resistências aos Antimicrobianos 2017-2020”**, em especial no que respeita à monitorização de antibióticos nos recursos hídricos.
- **Participação em trabalhos da OCDE**, do “*Working Party on Biodiversity, Water and Ecosystems*”, com contributos para o “*OCDE Project on Contaminants of Emerging Concern in Freshwater*”, 2017.
- **Representação de Portugal, a nível da UE, nos seguintes Comitês, Grupos de Trabalho, Grupos de Peritos e reuniões de Diretores da Água:** GT Águas Subterrâneas (*Working Group Groundwater, CIS-WFD*); GT Químicos (*Working Group Chemicals, CIS-WFD*); ECOSTAT (*Ecological Status Working Group, CIS-WFD*); GT Nutrientes (*ECOSTAT Nutrient Working Group,*

CIS-WFD); GT Hidromorfologia – Águas Costeiras e de Transição (ATG-HYMO/ECOSTAT, CIS-WFD); GT Agricultura (*Working Group Water Framework Directive and Agriculture*, até 2015); Diretores da Água e dos Diretores da Agricultura sobre "*Agriculture and Sustainable Water Management in the EU*", Bruxelas, 8 de maio de 2017; Comité e Grupo de Peritos da Diretiva Nitratos; Comité e Grupo de Peritos da Diretiva das Águas Balneares; Participação nas reuniões do Grupo Estratégico de Coordenação e dos Diretores da Água; GT Riscos de Inundações.

- **Participação em Comissões e Grupos de Trabalho nacionais:** Representação da APA na Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Nitratos; na Comissão Consultiva da Condicionalidade e no Grupo de Trabalho da Condicionalidade; no GT relativo ao Protocolo Água e Saúde (no âmbito do "*UNECE-WHO/Europe Protocol on Water and Health*"); no GT no âmbito dos Planos de Segurança da Água para consumo humano; Participação no Júri Nacional do Programa Bandeira Azul, na componente relativa à qualidade das águas balneares; Participação no GT no âmbito da implementação da Diretiva INSPIRE.
- **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) – 2º ciclo:**
 - Elaboração dos 8 relatórios de Participação Pública e dos 8 Resumos Não Técnicos dos PGRH do continente.
 - Desenvolvimento da estratégia para avaliação do ponto de situação da implementação das medidas e sua apresentação nas reuniões dos Conselhos de Região Hidrográfica.
 - Coordenação das atividades de verificação da implementação das medidas definidas nos PGRH, em articulação com as ARH e com as entidades envolvidas.
- **Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) – 1º ciclo:**
 - Elaboração dos 8 relatórios de Participação Pública.
 - Participação na definição dos Avisos do POSEUR e avaliação das candidaturas.
 - Coordenação das atividades de verificação da implementação das medidas definidas nos PGRI, em articulação com as ARH e com as entidades envolvidas.
- **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos PGRH e dos PGRI:**
 - Elaboração dos 8 relatórios ambientais finais dos PGRH e PGRI e respetivas Declarações Ambientais dos 8 AAE.
- **Convenção de Albufeira** - Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC): Reuniões técnicas do GT planeamento e elaboração do documento comum dos PGRH internacionais; Apoio técnico para a reunião plenária da CADC; Elaboração dos boletins trimestrais e anuais de avaliação dos caudais da Convenção.
- **Programa Nacional para Uso Eficiente da Água:** Programa Casa Eficiente; Elaboração da versão provisória do Plano de Ação para Eficiência hídrica em articulação com a ADENE.
- **Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DARU):** Revisão das zonas sensíveis e ponto de situação dos processos de contencioso.
- **Gestão de infraestruturas hidráulicas:**
 - Acompanhamento da implantação das soluções de lançamento dos RCE;
 - Gestão do Centro de Interpretação da Passagem Para peixes no Açude Coimbra;
 - Processos de reversão para o Estado de antigas concessões e acompanhamento da implementação do PNBEPH e do Plano mini-hídricas;
 - Acompanhamento dos contratos de concessão assinados ao abrigo do artigo 91.º do Decreto-lei n.º 226-A/2007;

- Acompanhamento dos trabalhos de transferência da gestão das infraestruturas hidráulicas para os utilizadores principais.
- **Análise de candidaturas ao Fundo Ambiental:** Sê-lo Verde e Economia circular.
- **Alterações climáticas – recursos hídricos:** Coordenação da área temática de Recursos Hídricos da ENAAC com elaboração do documento da Área Temática de Recursos Hídricos da ENAAC.
- **Acompanhamento do PENSAAR 2020:** Elaboração do 2º relatório de acompanhamento no âmbito do GAG (Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020).
- **Revisão da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI):** Participação no GT interministerial criado em fevereiro de 2017.
- **Participação no Relatório de Estado do Ambiente (REA):** Elaboração/atualização de indicadores e revisão das animações para o portal do REA (storyboards).
- **Participação nos projetos “Praia Acessível” e Praia Saudável”,** colaboração com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) na promoção do projeto de tornar acessíveis as praias costeiras e interiores oficialmente designadas. O projeto “Praia Saudável” foi lançado em 2005, tendo como parceiros a Fundação Vodafone, a Marinha/AMN, o INAG, o ICNB, o INR e a ABAE com o objetivo de doar equipamentos nas vertentes de segurança, acessibilidades e gestão ambiental, bem como promover ações de sensibilização nestas áreas.
- **Realização das reuniões da Comissão de Gestão de Albufeiras,** elaborando as convocatórias e o documentos técnicos. No período de seca que se verificou em 2017 participou na definição e na implementação das medidas definidas, incluindo a participação nas reuniões das Sub Comissões.
- **Participação no Grupo de Trabalho de assessoria técnica à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca,** elaboração dos relatórios quinzenais, participação nas reuniões e na implementação das medidas.
- **Reformulação do SNIRH,** levantamento dos requisitos funcionais para promover o SNIRH de forma a dotar a APA dum instrumento de monitorização atualizado com os conceitos vigentes emanados da DQA, melhorar o acompanhamento da CADC, designadamente no que diz respeito ao modelo de dados e funcionalidades de análise e reporte. Será implementado uma camada de interoperabilidade que permita a comunicação de informação entre sistemas complementares da APA e outros *stakeholders*, da Administração Pública ou outros, que precisam de aceder a dados de monitorização. O futuro SNIRH não deverá ser um novo sistema mas antes uma evolução do sistema atual, com um forte aproveitamento das componentes que dão hoje resposta mas com alterações de melhoria em diversos níveis.
- **Elaboração de pareceres** e pedidos de informação aos cidadãos, instituições de investigação/ universidades e outras entidades.

Gabinete de Segurança de Barragens

- **Gestão das barragens** de Azibo, Alijó, Fagilde, Açude Ponte de Coimbra, Meimoa, Capinha, Escarigo, Marateca, Apartadura, Monte Novo, Alvito, Morgavel e Enxoé; responsabilidade pela segurança das barragens de Odeleite e Beliche.
- **86 inspeções a barragens de diversas tipologias** e donos de obra.

- **Alteração do Regulamento de Segurança de Barragens e aprovação do novo Regulamento de Pequenas Barragens.**
- **Classificação de 281 barragens** quanto aos danos potenciais associados a uma hipotética rutura com libertação de uma onda de inundação.
- Aprovação de 34 **Planos de Emergência Internos de Barragens** e 55 em análise.
- Prosecução da **implementação da base de dados de segurança BarPT**, com contratação de assistência externa para correções e desenvolvimento no segundo semestre do ano.
- Organização do **16.º Curso de Exploração e Segurança de Barragens**, com o apoio do LNEC, EDP e IST.
- Apoio logístico à **Comissão de Segurança de Barragens**; apoio às ARHs no âmbito das atividades de concessão e renovação de TURHs de barragens e apoio à atividade da Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens.
- Representação na **reunião anual das Autoridades Europeias de segurança de barragens**.
- Apoio à **estratégia sobre a “Remoção de infraestruturas hidráulicas transversais”**.

ARH Norte

- Elaboração de **candidaturas ao POSEUR** para a realização do projeto no âmbito da proteção e defesa costeira, intitulado “Alimentação artificial das praias da Madalena, Valadares Norte e Sindicato, no concelho de Vila Nova de Gaia” e para a realização do projeto no âmbito da regularização fluvial e controlo de cheias, intitulado “Intervenções de requalificação fluvial em Zonas Críticas (ZC) de Chaves e Peso da Régua”.
- Reposição de legalidade em **processos de ocupação indevida do Domínio Público Marítimo**, através da demolição de estruturas em zonas de risco no litoral Norte (praia do Marreco, concelho de Matosinhos e pelo Bar Maresia, na Praia Verde, concelho da Póvoa de Varzim).
- Elaboração do **Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho**.
- Desenvolvimento de **parcerias nacionais e internacionais**, nomeadamente a nível de **coordenação transfronteiriça da gestão das bacias hidrográficas internacionais** com a *Confederación Hidrográfica del Miño-Sil* e com a *Confederación Hidrográfica del Duero* no âmbito da articulação dos PGRH do Minho e Lima e do Douro 2016-2021 com o *Plan Hidrológico del Miño-Sil* e com o *Plan Hidrológico del Duero*, colaboração também manifestada em projetos conjuntos como o MIGRA MIÑO e o RISC-Minho-Lima.
- Colaboração técnica na elaboração de **plano de ação para a despoluição da bacia hidrográfica do rio Vizela**.
- **Protocolo para colaboração técnica e científica no âmbito da Reabilitação Fluvial em contexto de alterações climáticas**, celebrado com a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Bragança, no âmbito do qual foi criado o “Laboratório de Rios do Nordeste”.
- **Avaliação de 330 candidaturas ao Ciclo Urbano da Água** no âmbito do protocolo de colaboração institucional entre o POSEUR e a APA, I.P para prestação de apoio técnico.

- **Contratação de empreitada** para reforço da proteção costeira na praia da Granja e na praia de Valadares.
- Presidência e secretariado Técnico da **Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (CAASET)**, constituído pelos Aproveitamentos Hidroelétricos de Daivões, Alto Tâmega e Gouvães.
- **Reabilitação fluvial em águas interiores** através de várias empreitadas de obras públicas, nomeadamente a requalificação e reabilitação do corredor verde da Ribeira do Espírito Santo, no concelho de Vila Nova de Gaia.
- Emissão de 7116 licenças e 1811 pareceres e, no que respeita ao **Domínio Público Hídrico**, 60 licenças de ocupação, 236 autorizações para construção e 8 contratos de concessão.
- **Protocolo com a Casa Sarmento em Guimarães** para transferência, acondicionamento e descrição do Arquivo Histórico sobre Recursos Hídricos da ARH do Norte, tendo em vista o tratamento do acervo e a sua disponibilização ao público.
- Acompanhamento do processo de **monitorização das águas subterrâneas** na área de deposição de resíduos da Antiga Siderurgia Nacional, na envolvente das minas de S. Pedro da Cova, no concelho de Gondomar.
- **Comunicação e divulgação ao público** de projetos institucionais e de resultados ambientais através da realização de várias sessões de esclarecimento e da realização de visitas aos locais intervencionados.
- Elaboração de relatório referente às **intervenções de reabilitação das linhas de água na sequência dos incêndios** de outubro de 2017.

ARH Centro

- **Acompanhamento do 2º ciclo do Plano de Gestão de Região Hidrográfica** Vouga, Mondego e Lis, nomeadamente o início da avaliação intermédia do Programa de Medidas.
- Elaboração de propostas de portaria (9) para a **delimitação dos perímetros de proteção de captações de água subterrânea** destinadas ao abastecimento público.
- Gestão e operacionalização das **redes de monitorização** (Rede piezométrica, Rede operacional nitratos, Rede de monitorização de águas superficiais – albufeiras, Rede de monitorização de águas superficiais – rios, águas balneares).
- Gestão do **Laboratório de Águas da ARH Centro**.
- Levantamento das **necessidades de intervenção nos recursos hídricos** em 34 concelhos, na sequência dos incêndios.
- Coordenação das **ações de prevenção dos efeitos da seca 2016/2017**, com especial participação nas operações para garantir o abastecimento público à região de Viseu.
- Implementação de **ações de restauração fluvial** na bacia hidrográfica do rio Ceira.
- Início dos trabalhos da **Plataforma de Apoio à Gestão do Domínio Público Marítimo** na ARH do Centro e participação nos trabalhos das diversas **Comissões de Delimitação do Domínio Público Marítimo**.

- Desenvolvimento dos trabalhos de **licenciamento dos recursos hídricos** da região Centro.
- **Fiscalização das utilizações dos recursos hídricos** e acompanhamento de processos inspetivos na região Centro.
- **Inventário e cadastro das utilizações dos recursos hídricos.**
- Cobrança da **Taxa de Recursos Hídricos.**
- Implementação do **Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC-OMG).**
- **Intervenções no litoral** entre as Praias do Furadouro e Vieira.
- **Intervenções na Rede Hidrográfica**, designadamente a limpeza e regularização do Rio Lis e a reparação e reperfilamento das motas dos esteiros na margem esquerda do braço sul do rio Mondego.
- Celebração de vários **Protocolos de Parceria.**
- **Emissão de pareceres** com carácter vinculativo no âmbito dos vários regimes jurídicos.

ARH Tejo e Oeste

- Emissão e gestão dos **Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH).**
- No âmbito dos **perímetros de proteção** foram elaboradas 7 propostas de portaria referentes a 21 captações de água.
- Cobrança da **Taxa de Recursos Hídricos**, tendo em 2017 executado a cobrança relativa ao ano 2016, obtendo 10 380 338,91€.
- Emissão de 2 254 **pareceres para entidades externas** e 157 **pareceres internos.**
- 413 **ações de fiscalização dos Recursos Hídricos**, tendo como alvos principais as instalações cujo funcionamento não cumpriam com as condições de descarga na fiscalização efetuada no ano de 2016, as instalações com descargas com potencial impacte nos recursos hídricos, as ETAR Urbanas em situação de renovação de licenças de descarga no meio hídrico, e/ou com histórico de incumprimento e ainda adegas, matadores e agroalimentares que possuíam um histórico de incumprimentos e/ou denúncias no domínio dos recursos hídricos.
- Assegurar o **Programa de Monitorização para a Região Hidrográfica**, com exceção da monitorização dos rios de acordo com a DQA, que foi assegurada por uma equipa externa.
- **Monitorização exaustiva no rio Tejo**, que em novembro e dezembro de 2017 passou a ser de 2 em 2 dias, inclusive ao fim de semana, nas albufeiras de Fratel e Belver.
- Elaboração de diversos **Relatórios sobre a qualidade da água na bacia hidrográfica**, de que se destacam os relativos ao rio Tejo, rio Almonda e albufeira de Sta Águeda ou da Marateca.
- Acompanhamento da **implementação do Programa de Medidas, do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH).**
- **Avaliação intercalar** da implementação das medidas do PGRH.
- Participação na elaboração de Cadernos para a instalação de dispositivos de descarga de Caudal Ecológico (1 Caderno de Encargo – Barragem da Apartadura).

- **Monitorização do risco** de instabilidade de arribas, galgamento e erosão costeira e acompanhamento de ocorrências no terreno, em articulação com o Núcleo de Monitorização Costeira e Risco.
- Apreciação e acompanhamento de **131 projetos de equipamentos e apoios de praia** no âmbito da adaptação aos planos de praia.
- Acompanhamento das **candidaturas ao POSEUR** – “Minimização do Risco na Arriba a Norte da Praia do Magoito” e “Desassoreamento da Lagoa de Albufeira”; Elaboração de toda a documentação para a submissão de candidatura e peças de procedimentos para o lançamento da empreitada e fiscalização relativa à Reabilitação do Sistema de Diques de Valada.
- Participação em **Projetos, Comissões e Parcerias várias**, designadamente: colaboração nos trabalhos de revisão da Portaria de Gestão de Efluentes Pecuários; participação nas ações iniciais dos trabalhos do PGRI – 2º ciclo; orientação de estágio sobre a qualidade da água no rio Almonda; aferição do estado de cada um dos 23 diques do rio Tejo pertencentes ao Estado e estabelecimento das respetivas medidas de intervenção.
- Realização de **várias ações no âmbito dos incêndios de 2017**, nomeadamente avaliar o ponto de situação das linhas de água para garantir o seu escoamento; minimizar a erosão e o arrastamento dos solos; minimizar o efeito de cheias e inundações e assegurar o uso balnear; identificação das sub-bacias hidrográficas de intervenção prioritária e elaboração de relatório.

ARH Alentejo

- Análise de requerimentos com vista à emissão de **Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH)** e de Título Único Ambiental (TUA), em águas interiores e no litoral.
- Fiscalização da **utilização dos recursos hídricos** e do cumprimento das obrigações constantes dos TURH.
- Proteção da **qualidade das massas de água**, nas origens de água e nos ecossistemas aquáticos.
- Promoção do **uso eficiente da água** e minimização dos conflitos de usos, assegurando a gestão e a proteção do litoral.
- Análise e **emissão de pareceres técnicos** no âmbito da legislação aplicável, em matéria de ordenamento do território (IGT, REN, RJUE), gestão de resíduos e avaliação de impacte ambiental.
- Definição e operacionalização de **programas de monitorização dos recursos hídricos** associados a massas de água subterrâneas, massas de água superficiais (categorias rios, albufeiras, de transição e costeiras) e massas de águas balneares interiores e marítimas.
- Avaliação do cumprimento dos **Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira (RH 6) e do Guadiana (RH 7)**, nomeadamente a aplicação dos respetivos programas de medidas.
- Análise das **características das RH 6 e RH 7** e das incidências das atividades humanas sobre o estado das massas de água.
- Avaliação do cumprimento de **Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas e de Planos de Ordenamento da Orla Costeira**.

- Aplicação do **Regime Económico e Financeiro**, com a correspondente arrecadação dos valores da **Taxa de Recursos Hídricos**.
- Coordenação regional das **ações de prevenção dos efeitos da seca 2016/2017, na RH6 e RH7**.
- Organização e realização de **reuniões do Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo**.
- Integração da **Delegação Portuguesa à CADC**, destacando-se a participação na XXª Reunião Plenária da CADC e no Workshop "Gestão da água nos rios internacionais: novos desafios e oportunidades".
- Organização regional da **exposição sobre alterações climáticas "Clima Expo 360"** (Embaixada de França, Instituto Francês em Portugal, Instituto de Ciências Sociais e Universidade de Lisboa), promovida conjuntamente com a CCDR Alentejo, a qual esteve patente em Évora de março 2017 a maio 2017.
- Preparação de **2 candidaturas ao Interreg 2014-2020 |POCTEP**, de projetos de âmbito transfronteiriço, relativos à proteção da qualidade da água na bacia hidrográfica do Guadiana (projetos ACECA e VALAGUA).
- Participação nas seguintes **iniciativas de âmbito regional**, coordenadas pela CCDR Alentejo:
 - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo;
 - Fórum Regional para a Economia Circular – Alentejo;
 - Fórum Regional para a Governança Integrada;
 - Grupo de Fiscalização Regional do Alentejo.

ARH Algarve

A ARH Algarve salienta a insuficiência de recursos humanos para garantir as operações de exploração, monitorização e gestão da Barragem do Funcho e as dificuldades na atividade da fiscalização por limitações de pessoal, (apenas 1 Vigilante da Natureza).

- **Gestão de Infraestruturas Hidráulicas** – Barragem do Funcho: monitorização dos diversos parâmetros relacionados com o comportamento estrutural e a exploração da barragem.
- Fiscalização das **utilizações dos recursos hídricos**.
- Emissão e Gestão dos **Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH) Interiores**.
- **Migração sedimentar** para a praia do Barranco das Belharucas.
- **Alimentação artificial e reforço do cordão dunar** da frente mar de Alvor Nascente (em execução).
- Elaboração do **Plano para a aquicultura da Ria Formosa** (em execução).
- **Gestão Participada para a Valorização dos Recursos Hídricos (GESPARTI)**. Projeto de voluntariado ambiental para a Água, através da monitorização voluntária dos ecossistemas de água doce e costeiros, com recurso a bioindicadores.
- **Renaturalização da Praia de Monte Gordo**, Vila Real de Santo António - Demolições de estruturas não requalificadas e construção de acessos pedonais.

- **Intervenções nas Arribas:** colocação de sinalização de instabilidade e intervenção de saneamento.
- **Monitorização do estado das massas de água** superficiais, subterrâneas e balneares.

2.2 Litoral e Proteção Costeira

- Participação na **Comissão Nacional do Território**, no **Grupo de Trabalho da Reserva Ecológica Nacional**, no **Grupo de Trabalho da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial** e no **Grupo de Trabalho do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas**.
- Representação da APA na equipa técnica e no grupo de pontos focais no âmbito da alteração do **Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)**.
- Coordenação e elaboração do **Plano de Ação Litoral XXI** em estreita articulação com as ARH.
- Revisão dos **Planos de Ordenamento da Orla Costeira**, por elaboração dos novos Programas da Orla Costeira (conclusão do POC Ovar-Marinha Grande e apoio aos POC Caminha-Espinho, Alcobaça-Cabo Espichel, Espichel-Odeceixe e Odeceixe-Vilamoura).
- Elaboração dos **Programas de Albufeiras de Águas Públicas**, decorrentes da revisão dos **Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas** ou de novas albufeiras.
- Instrução e tramitação de processos de delimitação de **Domínio Público Marítimo**.
- **Demarcação da área de jurisdição** da Autoridade Nacional da Água.
- Apoio ao Ministério Público nas ações de **reconhecimento de propriedade privada**.
- Participação na **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas**: Grupo de Coordenação, GT MAR (em co-coordenação com a DGPM) e GT BIODIV.
- Realização de diversas ações de **monitorização costeira** com recurso ao drone da APA.
- Lançamento do Concurso Público Internacional do **Programa de Monitorização Sistemática da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO)**.
- Lançamento do Concurso Público Internacional para a **Caracterização de manchas de empréstimo na plataforma continental para alimentação artificial de troços costeiros (CHIMERA)**.
- Realização de diversas **obras** (anexo 1).

2.3 Resíduos

- **Contributos para elaboração de legislação:** Unilex I; e-GAR; Fim de Estatuto de Resíduo do material de plástico e borracha; licenciamento das sete entidades gestoras de embalagens e pilhas e acumuladores; garantias financeiras (Diploma RA); taxa a reverter para o Fundo Ambiental; PRoSolos.
- **Coordenação técnica das negociações comunitárias relativas ao “pacote resíduos”** no âmbito do Plano de Ação da Economia Circular.

- **Acompanhamento dos Comitês Técnicos** das várias Diretivas relativas aos resíduos.
- Desenho e apoio ao desenvolvimento de **plataformas informáticas no âmbito dos resíduos** (e-GAR; VFV; comunicação de dano ou ameaça iminente de dano ambiental), Registo de Produtores.
- **Relatórios de avaliação intercalar** do PERSU 2020 e **relatórios finais** de monitorização do PESGRI (2015) e PERH (2011-2016).
- Elaboração e desenvolvimento da **Estratégia Nacional e Plano de Ação do Desperdício Alimentar**.
- Apoio técnico à **Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER)**.
- Tratamento dos dados reportados no **mapa de registo de resíduos urbanos (MRRU)**, **mapa integrado de registo de resíduos (MIRR)**, **plataformas do movimento transfronteiriço de resíduos (MTR)** e **inventário de PCB**.
- Elaboração de um documento orientador sobre **desclassificação de resíduos** e **guia sobre classificação de resíduos**.
- Articulação entre o **Regime Geral da Gestão de Resíduos** e o **Sistema da Indústria Responsável**.
- Acompanhamento de 11 situações comunicadas como **danos ambientais ou ameaças iminentes de danos ambientais**; e de situações de **solos contaminados** (Parque das Nações) e emissão de pareceres relativos ao licenciamento das operações de descontaminação de solos.
- Divulgação e **ações de comunicação e formação no âmbito do registo de produtores** (20 sessões), **e-GAR** (29 sessões diretas e 23 subcontratadas) e **campanha MIRR** (14 sessões).
- Acompanhamento de **auditorias aos sistemas de gestão de resíduos urbanos e a operadores de tratamento de resíduos perigosos**.
- Preparação e realização de **visitas a operadores de gestão de resíduos**.
- **Apoio à preparação dos Avisos POSEUR** no contexto dos resíduos urbanos e passivos ambientais e respetiva emissão de pareceres e análise de candidaturas.
- Análise e aprovação dos **modelos financeiros das entidades gestoras do SIGRE**.
- Liquidação e cobrança da **taxa de gestão de resíduos (TGR)**.
- Monitorização da valência da lei da fiscalidade verde relativa à **contribuição dos sacos de plástico leves**.

2.4 Alterações Climáticas, Ar e Ruído

- Início dos trabalhos para desenvolvimento do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050** e do **Plano Nacional de Energia e Clima 2030**, na vertente descarbonização.
- Desenvolvimento e implementação do **Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC2020/2030)** e da **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC2020)**.

- Elaboração da **Lista de Políticas e Medidas no âmbito do Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM)** e sua apresentação à Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas (CIAAC).
- Apoio à preparação da posição nacional nas negociações do **pacote clima e energia 2030**, do **pacote energia limpa para todos os europeus** e da **União para a Energia e Ação Climática**.
- Acompanhamento das negociações do **Livro de Regras do Acordo de Paris**.
- Desenvolvimento de ferramentas de tecnologias de informação para **apoio à gestão e reporte dos operadores do regime CELE em Portugal** (instalações fixas e aviação).
- **Reporte à Comissão Europeia e à CQNUAC**.
- Desenvolvimento de **metodologia de especialização das emissões nacionais**, no âmbito do inventário nacional (INERPA).
- **Operador do Programa AdaPT** no âmbito do Mecanismo Europeu do Espaço Económico e Europeu (MFEEE), tendo concluído com sucesso todos os projetos (8) apoiados.
- Consolidação da implementação em Portugal do **regime relativo aos gases fluorados com efeito de estufa**.
- Elaboração de proposta de decreto-lei para a operacionalização em Portugal do Regulamento Europeu relativo à **monitorização, comunicação e verificação das emissões de dióxido de carbono provenientes do transporte marítimo**.
- Acompanhamento da implementação do **Programa NER300** em Portugal, e, como parceiro, do projeto **LIFESHARA** e do projeto **LIFE – MediNet**.
- Desenvolvimento do projeto POSEUR **“Modernização do sistema de informação da qualidade do ar (QualAr) e reforço da monitorização da poluição de fundo”**.
- Promoção de ações junto das grandes Infraestruturas de transporte e dos Municípios, no âmbito da Diretiva Ruído Ambiente, reduzindo o “deficit” de **Mapas Estratégicos de Ruído** e de **Planos de Ação** aprovados.
- Coordenação da elaboração do **Guia de Harmonização da Aplicação das Licenças Especiais de Ruído**.
- **Preparação e submissão dos relatórios à Comissão Europeia**, no âmbito do Regulamento Comunitário 1005/2009.
- Legislação: elaboração de propostas projeto de Decreto-lei que altera o **regime de prevenção e controlo da poluição para o ar** e transpõe a Diretiva “Médias Instalações de Combustão” e de diploma legal relativo à **Legionella**.
- **Acompanhamento do episódio de poluição atmosférica** decorrente do incêndio no armazém de enxofre da SAPEC Agro (Setúbal) e do **episódio do surto de legionella** no hospital S. Francisco Xavier.
- Preparação dos **termos de referência** para o desenvolvimento do módulo Emissões_AR no SILIAMB.
- **Elaboração de várias respostas** no âmbito do EUPilot lançado a PT por incumprimento dos valores limite de partículas e de aplicação de medidas, e da resposta técnica à Ação Administrativa Comum da QUERCUS contra APA e PCM.

2.5 Avaliação, Gestão e Licenciamento Ambiental

- Coordenação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Monitorização da **Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas** (ENCPE 2020).
- Lançamento do **novo site EMAS de Portugal** (objeto de destaque no site EMAS da Comissão Europeia).
- **Projeto LIFE**: lançamento do **novo site LIFE PT**; impressão da Magazine LIFE PT 2017; Sessão Nacional dos 25 Anos do Programa LIFE; Sessões Regionais e *workshops* de Capacitação em todas as Regiões de Portugal.
- Avaliação de candidaturas no âmbito da **conceção ecológica de produto**, em articulação com a ANI e o LNEG.
- **Preparação da posição nacional** a adotar relativa a propostas legislativas (39), sujeitas a votação em sede do **Comité REACH**.
- **Preparação de duas propostas nacionais de CLH**, e acompanhamento das propostas anteriormente submetidas.
- Avaliação e conclusão da totalidade das **notificações de exportação PIC** (cerca de 20).
- Avaliação de Substâncias Ativas **Biocidas** na vertente Ambiental e participação na elaboração do Projeto de Decreto-Lei relativo aos produtos biocidas, e respetiva Portaria das taxas.
- Acompanhamento e **participação nas reuniões prioritárias da ECHA e da COM** (12 Comités/Grupos de especialistas).
- Início do acompanhamento dos **nanomateriais**.
- Avaliação e autorização da totalidade das notificações recebidas para uso confinado de **Organismos/Microorganismos Geneticamente Modificados (OGM/MGM)**.
- **Título Único de Ambiente (TUA)** totalmente desmaterializado – 250 TUA emitidos em 2017.
- Outros desenvolvimentos **Licenciamento Único de Ambiente (LUA)**: ligação ao Filedoc e ao SILOGR e desmaterialização de vários tipos de procedimentos (de vistoria, de audiência prévia, de suspensão, revogação e cessação do TUA); elaboração de 5 manuais para os utilizadores do LUA.
- **Administrar o processo de licenciamento ambiental** de um universo de cerca de 930 instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI) e o processo nacional relativo ao Regime Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR) que abrange cerca de 727 instalações.
- Elaboração de **165 Renovações e Aditamentos aos processos de licenciamento ambiental**; 165 Relatórios Ambientais Anuais (RAA) analisados; 30 Relatórios Base analisados; 727 PRTR analisados; 8 BREF (Melhores Técnicas Disponíveis para os vários sectores de atividade PCIP-Prevenção e Controlo Integrados da Poluição) acompanhados.
- Elaboração de um conjunto de documentação que visa ajudar os operadores a interpretar e implementar o **Diploma REI**.

- Participação e pronúncia em **26 processos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** de Planos ou Programas, com predominância dos instrumentos de gestão territorial.
- Coordenação de cerca de **42 processos de avaliação de impacto ambiental (AIA)** e de 6 processos de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução.
- **Apreciação prévia e emissão de decisão sobre a aplicabilidade do regime jurídico de AIA** a 118 pedidos projetos.
- Conclusão dos trabalhos da **transposição da Diretiva 2014/52/EU referente à alteração da Diretiva AIA.**
- Implementação e operacionalização do quadro regulamentar associados ao **Regime Jurídico de AIA.**
- Desenvolvimento dos **sistemas de qualificação de verificadores pós-avaliação de AIA e PCIP.**
- Coordenação dos **procedimentos de avaliação ambiental no contexto transfronteiriço**, quer como Estado de Origem quer como Estado Afetado.
- **Acompanhamento ambiental de cerca de 400 projetos**, de entre os quais se sublinham os seguintes: aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, Sistema Electroprodutor do Tâmega, construção do Parque Eólico do Douro Sul, aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida, Subestação de Alcochete e linhas de ligação associadas.
- **Acompanhamento comunitário e internacional em matéria de AIA e AAE.**
- Análise dos projetos selecionados pelo **Programa Polar Português (PROPOLAR)** no âmbito das Candidaturas a Apoio a Projetos de Investigação Polar para o período de 2017-2018 e o acompanhamento dos projetos aprovados no anterior período de 2016-2017.
- Elaboração das linhas de orientação e critérios para a definição de alteração substancial no âmbito do **Regime de Prevenção de Acidentes Graves.**
- Desenvolvimento da ferramenta para a **georreferenciação do cadastro das zonas de perigosidade.**
- Organização, preparação e promoção, em colaboração com a APAI, de uma **Conferência Comemorativa dos 10 anos da AAE em Portugal.**
- Organização, preparação e promoção da **sessão de comemoração dos 30 anos de Diretiva Seveso** em Portugal, realizada no LNEC em 7/11/2017.

2.6 Economia Circular

- Criação do **grupo de trabalho multidisciplinar**, interno à APA, para acompanhar a Economia Circular, e que contribuiu para a elaboração do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).
- Participação no grupo de interesse sobre **Economia Verde da EPA Network.**
- Acompanhamento e participação no **grupo de trabalho de eficiência de recursos da Agência Europeia do Ambiente**, no âmbito da preparação da próxima edição do relatório "*More from Less - material resource efficiency in Europe*", que terá um *dossier* relativo a Portugal.
- Diagnóstico e avaliação das empresas que se encontrava localizadas no **Eco-parque do Relvão**, com vista a identificar medidas para transformar este eco-parque num efetivo parque de

simbioses industriais e garantir um melhor acompanhamento e monitorização da atividade desenvolvida pelas várias entidades competentes.

- Participação nos grupos de trabalho temáticos ativos da **Coligação para o Crescimento Verde**;
- Apoio à redação do **Aviso Economia Circular - Fase 1** e na construção da respetiva matriz de avaliação de mérito; análise e avaliação das candidaturas submetidas.

2.7 Temas transversais

Educação ambiental

- Apresentação pública da **Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA)**, 5 roadshows de apresentação pelo país e avaliação de candidaturas de 90 Projetos.
- Acompanhamento de **ações de Educação Ambiental**: 14 eventos dinamizados pelos professores em mobilidade e apreciação de 7 Planos de Atividades e de 7 Relatórios de Atividades.
- Elaboração de **5 Comunicações temáticas de Educação Ambiental**, no âmbito do Congresso Lusófono de Educação Ambiental.
- 2700 Avaliações (concursos; júris; projetos) a **Programas e Projetos de Educação Ambiental**.
- Validação de conteúdos e metodologia do **Projeto 8o** e *roadshow* em duas escolas por distrito.
- Desenho da **plataforma colaborativa dos Equipamentos de Educação Ambiental (EqEA)** e definição dos termos de referência para a base de dados.
- Realização de 10 sessões de **formação no domínio ambiental** de quadros da Administração Pública.
- Elaboração do relatório de 2017 sobre o estado da implementação nacional da **Convenção de Aarhus**, realização de 2 fases de consulta pública e análise de 37 pareceres.
- Gestão do **Registo Nacional de ONGA e Equiparadas**.

Comunicação e Atendimento

- Edição e gestão dos **conteúdos do site da APA**.
- **Gestão de salas e equipamentos da APA** (apoio a 150 videoconferências, 30 grandes eventos, 1500 reuniões e inúmeras reportagens fotográficas).
- Gestão das respostas aos 325 **pedidos dos órgãos de comunicação social**.
- Gestão dos 252 pedidos da tutela para proposta de **resposta aos grupos parlamentares da Assembleia da República**.
- Análise diária das **notícias com referência à APA** nos diversos meios de comunicação social (1801 notícias em 2017) e posterior divulgação interna.
- Apoio às **publicações institucionais**: *design* e paginação de vários documentos internos; apoio à produção da magazine LIFE; *quality check* a 14 documentos da AEA.

- Coordenação da **semana europeia da mobilidade**.
- Gestão do Programa **Green Project Awards** e suas iniciativas paralelas.
- Gestão dos 350.000 acessos ao **Portal Participa**, em 550 consultas; **Consultas Públicas APA**: 33 AIA, 2 ENEA2020, 3 Prevenção de Acidentes Graves e 1 Consulta Pública Internacional.
- Conceção de um **novo modelo de atendimento**, integrado e multicanal com aquisição do Serviço de Auditoria ao atendimento e relacionamento da APA com os seus clientes e aquisição do Serviço de Atendimento especializado para apoio ao Projeto e-GAR.
- Continuidade do **programa de monitorização do Lixo Marinho em praias**: incluídas mais duas praias - Baleal e Paredes de Vitória; efetuadas 39 campanhas de amostragem, cumprindo as orientações da Convenção OSPAR; início de uma iniciativa coordenada pela APA, designada "Do rio ao mar, sem lixo".

Atividade internacional

- Participação em centenas de **grupos de trabalho e comités de acompanhamento e negociação de legislação europeia em matéria de ambiente** (lista exaustiva a anexar).
- Participação em **duas reuniões plenárias da CADC**, em Madrid (XIX) e no Porto (XX), esta última associada a uma reunião Ministerial.
- Participação em **19 reuniões técnicas e de consultoria internacionais** da IAEA, da Comissão Europeia e da Comissão de Acompanhamento do Protocolo Técnico de Cooperação no âmbito de emergências nucleares e radiológicas e proteção radiológica ambiental.
- Acompanhamento da **Convenção de Espoo** relativa à AIA no contexto transfronteiriço e do Protocolo de Kiev relativo à AAE no contexto transfronteiriço.
- Cumprimento das obrigações de avaliação ambiental, no âmbito do **Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente** (Protocolo de Madrid).
- Eleição para a presidência do **Comité de Políticas Ambientais (EPOC)** da OCDE.
- **Agência Europeia do Ambiente**: Organização de 3 reuniões em Lisboa - Bureau do Conselho de Administração da AEA; reunião dos pontos focais da Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (Eionet); e *22th EIONET Workshop on Air Quality Assessment and Management*.

Transformação digital

- Migração das **comunicações telefónicas** para VOIP e SIP - grande redução de custos.
- Renovação do contrato e equipamentos de **comunicações móveis** - novo contrato, novos telemóveis.
- Renovação da **Rede Virtual Privada (VPN)** - Duplicou-se a largura de banda entre a sede e os serviços desconcentrados.
- Atualização tecnológica do **SILiAmb** (para suportar o aumento de utilização) e do **SNIAmb** (melhor desempenho).

- **SILiAmb:** e-GAR; fluxos específicos; CELE; LUA R3; *site* Apoio SILiAmb; auditoria ao modelo de dados; melhoria módulos MTR; Licenciamento dos Recursos Hídricos: Desenvolvimento de funcionalidades para cálculo da TRH e elaboração de guias de harmonização de procedimentos; funcionalidades transversais (registo; mensagens, etc.).
- **SNIAmb:** renovação da interface; novas funcionalidades de georreferenciação; Portal ArcGIS - desenvolvimento de app para fiscalização Vizela com a ARH Norte; Migração do SIARL da DGT.
- **Transferência e operacionalização do SIARL** no *site* da APA e desenvolvimento das medidas Simplex +.
- **Sistema de Business Intelligence (BI):** resíduos; recursos hídricos; CELE.
- **Sites** baseados no gestor de conteúdos em **Drupal:** ENAAC; REA; ENEA2020; EMAS; ENCPE 2020; Portal Life; AdaPT.
- **Outros sistemas:** sistema de cobranças (NAV); partilha de ficheiros na Internet (APAbbox).

Planeamento e Resposta à Emergência

- Investimento de 200 mil euros na **aquisição de equipamentos e expansão da Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade no Ambiente (RADNET)**.
- Coordenação do grupo de trabalho nomeado pelo Estado Português para acompanhar interação entre o Estado Português e o Estado Espanhol referente à construção do ATI para o combustível irradiado da **Central Nuclear de Almaraz**. Neste âmbito, uma equipa multidisciplinar da APA participou na visita ao local previsto para a implantação do ATI e procedeu à análise de um conjunto significativo de documentação técnica: procedimentos e especificações técnicas seguidas em Espanha relativas à Avaliação de Impacte Ambiental, à segurança nuclear e proteção radiológica, ao licenciamento da atividade, entre outros elementos específicos do processo de autorização.
- Participação em 11 **workshops e conferências nacionais e internacionais**.
- Participação em **19 reuniões técnicas e de consultoria internacionais** da IAEA, da Comissão Europeia e da Comissão de Acompanhamento do Protocolo Técnico de Cooperação no âmbito de emergências nucleares e radiológicas e proteção radiológica ambiental.
- Participação no **Grupo de Trabalho de transposição da Diretiva 59/2013 EURATOM - Basic Safety Standards**.
- Participação em **2 missões da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA):** Missão "*Emergency Preparedness Review*" à Eslovénia e Missão "*Integrated Regulatory Review Service*" à Macedónia; e em **3 projetos comunitários**.
- Participação em 7 exercícios organizados pela AIEA, Comissão Europeia e NATO e **organização de 2 exercícios:** *CELULEX2017*, organizado com o Exército Português; e *Table Top Exercise* – referente ao transporte marítimo de resíduos radioativos de alta atividade, organizado com a DGRM e o MNE.
- Publicação de **2 artigos** sobre "*A case study of the use of ERMIN in Portugal after a radiological emergency scenario*" e "Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade do Ambiente (RADNET)".

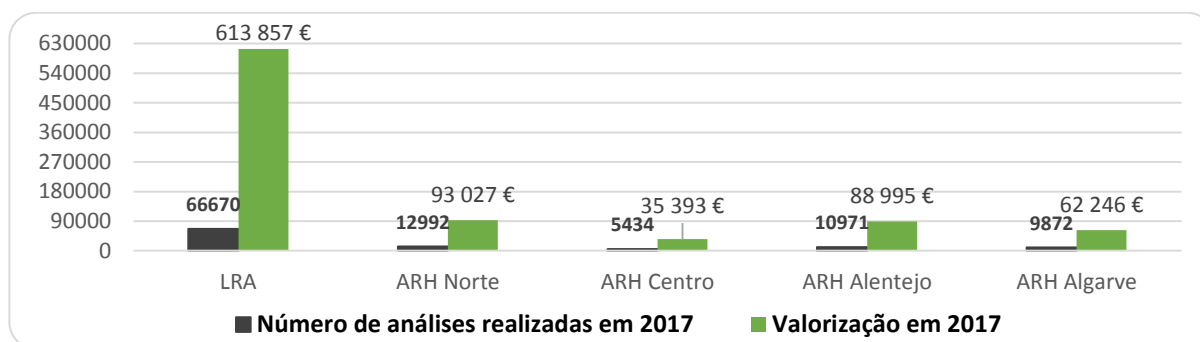
Apoio a instrumentos de financiamento

Em 2017, a APA foi instrumental no **apoio à definição e avaliação de candidaturas** de projetos em várias áreas: economia circular, adaptação climática, “Sê-lo Verde”, educação ambiental, veículos de limpeza urbana, EMAS, rótulo ecológico, compras públicas ecológicas, entre outros.

Rede laboratorial e LRA

A rede laboratorial da APA **realizou 105 939 análises** que originaram uma receita de 893,5 mil euros (figura 1).

Figura 1 – Análises realizadas na rede laboratorial da APA e faturação associada



Fonte: LRA

Auditoria

Acompanhamento de **8 auditorias externas** (7 por entidades nacionais e 1 pelo Tribunal de Contas Europeu); elaboração do Plano de Atividades para o biénio 2017-2018; início da atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Fiscalização

Em linha com o “Programa de Fiscalização 2017”, ocorreram **2115 ações de fiscalização ao longo de 2017**, de modo a garantir os múltiplos usos previstos para a água. De acordo com as competências e atribuições da APA, as ações de fiscalização incidiram exclusivamente na área dos recursos hídricos, em particular, em setores de atividade passíveis de gerar impactes negativos no domínio hídrico. Foram igualmente avaliadas situações decorrentes de reclamações/denúncias e de procedimentos de licenciamento. Ao todo foram lavrados **1078 autos de notícia**, dos quais foi iniciada a **instrução de 571 processos de contraordenação**. Salienta-se a articulação uma vez mais promovida com outras entidades fiscalizadoras, em particular o SEPNA-GNR, as BriPA da PSP e a AMN, as quais procedem ao envio de autos de notícia para efeitos de instrução e decisão. Na maioria dos casos as infrações detetadas tiveram enquadramento no regime da utilização dos recursos hídricos e no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.

3. Anexos

Lista das Obras realizadas em 2017

Reparação do Enraizamento do Esporão Sul de Cortegaça
Prospecção Arqueológica da Zona Superior da Lagoa de Óbidos
Projetos de execução de “Estabilização das Arribas da Praia da Nazaré” (2)
Projeto de execução de “Reparação do Dique de guiamento de correntes da Lagoa de Óbidos”
Projeto de execução de “Estabilização e Proteção de Talude da Passagem Hidráulica da Praia de Pedrógão”
Projeto de Reestruturação dos esporões do Rio Alcoa
Levantamento Topo-hidrográfico de um rombo no Mouchão da Póvoa
Projeto da “Reparação de Emergência de Um Rombo no Mouchão da Póvoa, no rio Tejo
Levantamentos topo-hidrográficos de monitorização das praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica
Estudo de Incidências Ambientais da “Regularização do Leito Periférico Esquerdo, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”
Revisão dos projetos de execução da “Regularização do Rio Arunca” e da “Regularização do Rio Foja”, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”
SIARL - Medidas SIMPLEX e definição de requisitos
Projeto da “Dragagem dos Fundos Adjacentes e Remoção dos Inertes da ZALI para Reforço do Cordão Litoral a Sul da Costa Nova” - acompanhamento da elaboração, conclusão e aprovação do projeto lançado pela APA, S.A.
Lançamento do procedimento para “Caracterização de manchas de empréstimo na plataforma continental para alimentação artificial de troços costeiros – Chimera”
Lançamento do procedimento para implementação do “Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental-COSMO”
Lançamento do procedimento para execução do “Estudo de Viabilidade de um Quebramar Multifuncional em Frente à Praia da Vagueira”
Conclusão dos procedimentos de “Regularização do Leito Periférico Esquerdo, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego” e de “Limpeza de Vegetação e Desassoreamento do Leito periférico Direito, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”;
Lançamento do procedimento para execução da empreitada de “Reabilitação do Leito e dos Diques do Leito Central do Rio Mondego, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”;
Lançamento do procedimento para execução da empreitada de “Reparação de Emergência de Um Rombo no Mouchão da Póvoa, no rio Tejo”
Lançamento do procedimento para execução do projeto “Defesa Contra Cheias de Pombal”;
Lançamento dos procedimentos para execução dos Estudos de Impacte Ambiental (EIAs) da “Regularização do Rio Pranto” da “Regularização do Rio Ega” e da “Regularização da Ribeira de Ançã e Vala do Vale Travesso”, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”
Estudo para a Gestão do Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego
Projeto das dragagens da zona superior da Lagoa de Óbidos
Implementação do projeto MarRisk